

O movimento Hip Hop goiano como agente de memórias e de mudanças sociopolíticas

Giovanna Silveira Santos*

Introdução

Nesta pesquisa examino de que maneira a comunidade ligada ao Movimento Hip Hop está acionando categorias dos campos museal e patrimonial para uma luta em busca de justiça social. Dois processos que se entrecruzam são analisados: o pedido de registro do Hip Hop como Patrimônio Imaterial de Goiânia, e o processo da Musealização do Hip Hop com a criação de um museu comunitário ligado ao Centro de Referência da Juventude de Goiás - CRJ. Neste sentido, o loco privilegiado de realização foi o CRJ, no âmbito de seus integrantes e participantes nas discussões acerca da patrimonialização e musealização. Trata-se de uma unidade não governamental que se baseia na ideologia do Hip Hop e promove ações dentro desses critérios, tendo como principal viés cultural o seu fortalecimento, sendo Ponto de Cultura do movimento.

A pesquisa foi desenvolvida à luz da noção de marcadores sociais das diferenças, envolvendo experiências etnográficas e observação participante. Procuo compreender as relações e questões identitárias no que concerne ao movimento Hip Hop como agente de memórias e de mudanças sociopolíticas. Ademais, é necessário colocar em perspectiva a posicionalidade que ocupo na produção de conhecimento – uma vez que meu campo é marcado por uma alteridade mínima – e a minha identidade enquanto mulher periférica, inserida no movimento que pesquiso. No entanto, esse é um lugar de acadêmica e mulher lida socialmente como branca, em uma expressão qualificada pelo movimento negro. Baseio-me na premissa presente no pensamento feminista negro de que a teoria não está fora da prática, inspirada pelo conceito *outsider within* da socióloga Patrícia Hill Collins (2016).

* Doutoranda e Mestra (2021) em Antropologia Social (PPGAS/UFG). Graduada (2017) em Museologia (FCS/UFG). Pesquisadora no Centro de Referência da Juventude de Goiás desde 2014. Ativista da cultura Hip Hop, integrante cocriadora do Fórum Goiano de Hip Hop desde 2016.
E-mail: santosgiovannasilveira@gmail.com

O movimento Hip Hop goiano

O Hip Hop é um movimento que nasceu no Bronx, em New York, em meados dos anos 1970. É composto por quatro elementos, sendo estes: Break, DJ, Grafite e MC. Estas quatro expressões artísticas estão envoltas pelo elemento principal: o Conhecimento, que abarca a essência do movimento. No contexto latino-americano e, mais especificamente, no brasileiro, o movimento emergiu por volta da década de 1980, sobretudo nas grandes cidades.

O antropólogo Waldemir Rosa (2014) ressalta que a chegada do Hip Hop como manifestação cultural no cenário goiano “[...] ocorre simultaneamente às datas indicadas como o ‘início’ nas cidades de São Paulo e Brasília, que é a primeira metade da década de 1980” (ROSA, 2014, p. 26). Para este autor, a intervenção artística:

[...] é importante para a constituição de territorialidades efêmeras na geografia da cidade, bem como para a afirmação identitária do Hip Hop. Em Goiânia, este aspecto é perceptível no que se refere ao grafite, às rodas de break dance e aos bailes promovidos pelas equipes de som nos anos 1980. A diferenciação de espaços, juntamente com a afirmação da presença e da importância da contribuição negra para o estado enfatiza as descontinuidades na narrativa hegemônica sobre a história do estado e da cidade de Goiânia no que se refere à experiência da população negra (ROSA, 2014, p. 27).

Nos dias atuais, o movimento se espalha nos centros, periferias, becos e vielas por diferentes vias, seja com as pichações e grafites nos muros e fachadas, seja a partir das dezenas de batalhas de rimas que ocorrem semanalmente, ou ainda pelos inúmeros eventos que reúnem todos os elementos.

O Centro de Referência da Juventude, espaço de resistência que frequento há pelo menos oito anos e que como acadêmica passei a pesquisar em 2014, concentra diferentes ações, atividades e eventos que visam o fortalecimento da cultura Hip Hop e da juventude goiana. Tornou-se Ponto de Cultura em 2014, numa parceria entre a Prefeitura de Goiânia com o Ministério da Cultura (MIRANDA, 2019, p. 412). Deste local, emergem as propostas que serão discutidas nos itens a seguir.

Narrativas museais

Diferentes ações foram realizadas no Centro de Referência da Juventude durante o desenvolvimento da pesquisa-ação realizada no decorrer da Iniciação Científica e do Trabalho de Conclusão de Curso no meu Bacharelado em Museologia na UFG. Trata-se de rodas de conversas, ações educativas, oficinas, reuniões, fóruns e outros, voltados a

discutir o Hip Hop como patrimônio, sua relação com as memórias e as potencialidades da criação de um museu voltado à temática.

Tais encontros foram entendidos como componentes da musealização do Hip Hop, como eixos de um processo preservacionista no âmbito da Museologia. Trata-se de um processo ainda inovador para o contexto goiano, pautado na participação e no protagonismo das comunidades, no âmbito das reflexões acerca da Museologia Comunitária.

Neste sentido, o Hip Hop, como “objeto” musealizado, congrega um amplo conjunto de saberes, expressões, lugares e pessoas. Esses componentes se colocam como eixo do processo de musealização. Tal processo deflagrou também uma proposta de patrimonialização do Hip Hop como patrimônio imaterial goiano, abordada no próximo item. No presente item, tenho como foco analisar como se deu a proposta de musealização do Hip Hop no CRJ, por meio da proposta de criação de um museu comunitário.

Compreendo como processo de musealização um conjunto de ações de salvaguarda (documentação e conservação) e comunicação do Hip Hop (BRUNO, 1996), que resultam na preservação desse movimento e cultura. Ainda que o processo de patrimonialização seja solidário a essas premissas, a musealização pressupõe, para efeitos do presente estudo, um nível de institucionalização, com a criação ou parceria com algum museu ou instituição cultural correlata.

Tratando-se do processo vivenciado, as discussões resultaram na proposta de criação de um Museu da Cultura Hip Hop, no âmbito do CRJ, conforme detalhei em trabalho anterior (SANTOS, 2017). Quando falamos em preservação, categoria cara à Museologia, encontramos um desafio de monta, posto que se trata de um movimento que é multifacetado e dinâmico, orgânico como a cultura de rua. Sua musealização, assim, deve operar com esse dinamismo e fluidez, o que requer da Museologia e dos Museus novas epistemologias e práticas.

As discussões realizadas no âmbito do Centro de Referência da Juventude, um espaço descentralizado – localizado na Vila Morais, bairro periférico de Goiânia – buscaram lidar com esse desafio. O processo de musealização vivenciado no CRJ, que foi iniciado em 2014, tratou-se de uma série de atividades voltadas a apresentar uma proposta de criação de um museu comunitário no espaço. A proposta foi bem recebida pelas pessoas que frequentam o local, tendo sido observadas, contudo, diferentes noções acerca de como a instituição deveria operar, no que concerne ao seu território de intervenção e formas de atuação (SANTOS, 2017). Esse processo continua em

discussão no âmbito da minha pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFG, embora as ações tenham sido afetadas consideravelmente devido à pandemia da COVID-19.

Pude observar nos diferentes diálogos que a compreensão do Hip Hop como uma cultura é bastante recorrente, bem como a ideia de que essa cultura precisa ser preservada, com sua história e memória passada para futuras gerações. Outro ponto a ser destacado é que o museu aparece como instituição educadora, tendo em vista que mostraria como é essa cultura para as pessoas de fora do movimento (leigas, portanto, nesse conhecimento). A importância de um espaço físico também é indicada.

Ao dedicar-se à grupos sociais que são diariamente ignorados pelos discursos oficiais, o Hip Hop coloca-se como ferramenta, tornando-se parte fundamental da trama da paisagem urbana e da luta por direitos à memória e à cidade (SANTOS, 2017). Os museus têm um papel importante nesse processo, o que é reconhecido pelas pessoas que integram o movimento, conforme pude visualizar em diferentes momentos, rodas de conversas, entrevistas e questionários. Não obstante, as discussões demonstram a necessidade de que os museus sejam espaços dinâmicos e abertos aos corpos que fogem à norma da colonialidade, espaços de grafiteagem, de batalhas e demais expressões da cultura Hip Hop.

Narrativas patrimoniais

A categoria patrimônio, assim como a categoria museu, é herdeira da modernidade/colonialidade. Dessa forma, a lente antropológica direcionada a esse processo busca compreender como a categoria patrimônio tem sido acionada pelo Hip Hop, enquanto movimento e cultura. Nesse item discorrerei sobre o processo de patrimonialização do Hip Hop como patrimônio imaterial.

Cabe destacar que o Hip Hop é um movimento de alcance internacional, ainda que guarde especificidades em diferentes contextos. Dessa forma, estamos lidando com um patrimônio imaterial de Goiânia, no caso do processo aberto de pedido de registro, mas que tem redes que ultrapassam os “Estados Nação”, e as próprias “regiões” como resultados da modernidade/colonialidade. Essa característica fluida e multisituada do Hip Hop é potente como contranarrativa, pois questiona de antemão o patrimônio cultural como constructo da Nação.

Mesmo com repressão, os movimentos culturais marginalizados resistem como prática social. O Hip Hop trilha um percurso de cultura periférica à cultura que passa por iniciativas de patrimonialização. O movimento já é reconhecido em cinco

municípios, à saber: Uberaba-MG (2016), Rio de Janeiro-RJ (2018), Maceió-AL (2019), São Paulo-SP (2019) e Esteio-RS (2019).

Obviamente, essas iniciativas envolvem distintos graus de participação do movimento, sendo perpassadas por tensões e disputas, não sendo eliminadas as diferentes estratégias de exclusão dessas práticas por parte do Estado e da elite dominante. Essas iniciativas demonstram o vigor do movimento Hip Hop e o fato de que em distintas localidades a ativação da categoria patrimônio tem se dado como ferramenta de resistência do movimento.

A proposta de transformar o movimento Hip Hop goiano em patrimônio cultural acautelado¹ partiu do entendimento de que o mesmo já é considerado uma herança pelas comunidades, cabendo então analisar esse processo a partir de uma abordagem antropológica. Partindo da concepção que a categoria Patrimônio é construída, sabendo que a forma como o estado nomeia patrimônio não é a mesma como as pessoas ligadas ao movimento estão ativando essa categoria, estranhar a diferença nas noções de patrimônio entre o Estado e a Comunidade coloca-se como caminho a ser percorrido.

A Proposta do Hip Hop Goianiense como Patrimônio Imaterial² é o primeiro caso de análise pelo Conselho Municipal de Preservação de Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de Goiânia acerca de um patrimônio imaterial da cidade. Por conta da novidade, o Conselho está buscando apoio técnico para tratar do pedido.

Um dossiê foi redigido no primeiro semestre de 2016 que foi discutido com integrantes do movimento Hip Hop entre agosto/2016 - outubro/2017 resultando em um dossiê final. Neste período foi aplicado um questionário online, via formulário Google para indagar se havia apoio da comunidade, que contou com 175 assinaturas. O pedido foi protocolado na Secretaria Municipal de Cultura em outubro de 2017 e em junho de 2018 foi aprovada a efetivação do processo de análise. A Secretaria Municipal de Cultura vai dar o parecer e em seguida volta para o Conselho para a efetivação - ou não - do registro.

Conforme consulta realizada em 26 de janeiro de 2021 no portal de Consulta de Processos em Andamentos do site da Prefeitura de Goiânia, a solicitação foi protocolada em 09 de outubro de 2017 na Secretaria Municipal de Cultura, sendo encaminhada ao Conselho Municipal de Preservação de Patrimônio Histórico, Cultural

¹ Ou seja, com reconhecimento pelo Estado, sendo registrado para patrimônios imateriais e tombado para patrimônios materiais.

² Lei Municipal n. 8795 de 19/09/2009, do Livro de Registro de Forma de Expressão.

e Ambiental da Cidade de Goiânia em 26 de janeiro de 2018, estando o pedido há 1096 dias no local, completando, assim, 03 anos sem andamento.

O registro proporcionará a salvaguarda das identidades do Hip Hop, as expressões culturais, as lutas sociais e memórias, possibilitando mecanismos para que seja difundido todo conhecimento que a cultura Hip Hop oferece. Goiânia precisa de bens patrimoniais que abrangem toda sociedade e o Hip Hop é uma expressão cultural relevante enquanto componente da realidade, da memória individual e coletiva das produções artísticas de uma ampla parcela da população marginalizada e periférica.

Uma vez que as memórias associadas à cultura de rua e aos grupos periféricos acabam sendo, muitas vezes, soterradas pelas memórias de uma elite branca, se faz necessário buscar preservar as memórias para compreendermos a história do movimento Hip Hop em Goiânia, uma história marcada por lutas e resistências. Desta forma, a proposta de patrimonialização trata-se de uma reivindicação sobre o reconhecimento das identidades inerentes ao Hip Hop.

Ao comparar as discussões nos itens relativos à criação do museu do Hip Hop e nos itens relativos à patrimonialização, ainda que tenham sido observados diálogos positivos com relação a ambas as iniciativas, é notável uma maior proximidade das pessoas com a categoria patrimônio, do que da categoria museu.

Com relação à patrimonialização, a adoção da primeira pessoa do plural é recorrente, ou seja, há um reconhecimento que é um patrimônio que pertence aos coletivos envolvidos em sua produção e/ou consumo. A afirmação do patrimônio Hip Hop como arte e cultura da periferia também foi destacada. Um patrimônio com papel social, ou seja, a categoria patrimônio que está sendo ativada é uma categoria ativa, que salva vidas e que luta contra o preconceito.

De um lado, um campo patrimonial que tem privilegiado até pouco tempo os monumentos de uma elite branca e de outro lado, um olhar que demanda um campo patrimonial que possa operar de forma decolonial e antirracista, com o dinamismo e com a fluidez.

O Hip Hop se apresenta, neste sentido, como uma contranarrativa, pois o movimento aciona a categoria patrimônio, mas remodelando esse termo, demandando mudanças nas políticas do patrimônio e da memória. Não se trata de preservar para imobilizar, mas de salvaguardar e preservar para transformar.

Apontamentos finais

Ao falarmos em preservação, categoria cara aos museus e ao campo do patrimônio cultural, encontramos um desafio de monta, posto que o Hip Hop é um movimento multifacetado e dinâmico, orgânico como a cultura de rua. Sua preservação, assim, deve operar com essa fluidez, o que requer da museologia, dos museus e das políticas públicas voltadas ao setor patrimonial novas epistemologias e práticas outras.

Quando o poder de estruturas rígidas, disciplinares, locais de produção de saberes e conhecimentos, espaços e relações de opressão são tensionados, o protagonismo de minorias políticas surge trazendo consigo novos desdobramentos e novas epistemologias, substancialmente potentes (SANTOS, 2019). Não obstante, disputam existem, e é digno de nota apontar a urgência de corpos outros – como mulheres e pessoas LGBTQTs – comporem locais de protagonismos de forma equânime dentro do Hip Hop.

No que diz respeito ao exame das categorias ativadas pelo movimento, observei uma proximidade maior com a categoria patrimônio do que com a categoria museu. A compreensão do Hip Hop como uma cultura é bastante recorrente entre as pessoas do movimento, bem como a ideia de que essa cultura precisa ser preservada, com sua história e memória passada para as novas gerações.

O museu aparece como instituição educadora, que pode mostrar como é essa cultura para as pessoas de fora do movimento, pessoas que desconhecem esta filosofia de vida. Mas a pesquisa mostrou a necessidade de que os museus sejam espaços dinâmicos e abertos aos corpos que fogem à norma da colonialidade, com espaços de grafiteagem, de batalhas e de tantas outras expressões da cultura Hip Hop. A afirmação do patrimônio Hip Hop como arte e cultura da periferia também foi destacada pelas pessoas do movimento. Um patrimônio com papel social, que está sendo ativado para lutas contra preconceitos e para salvar vidas.

Outrossim, os processos aqui apresentados foram deflagrados por integrantes do movimento, o que demonstra o potencial epistemológico de saberes marginais e periféricos para a discussão museal e patrimonial visando mudanças sociopolíticas.

Referências

- BRUNO, M. C. de O. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 9. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1996. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/291>>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Tradução: Juliana de Castro Galvão. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100099&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 maio 2021.
- MIRANDA, E. L. F. **Conexão Suburbana**: catalogando hip hop na central do Brasil. Brasília: Art Letras Editora, 2019.
- ROSA, W. **O Hip Hop goianiense e o antropólogo**: experiência etnográfica e as margens da nação brasileira. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/72/teses/824435.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- SANTOS, G. S. **Museologia Comunitária e Memórias Exiladas**: contribuições para a musealização da Cultura Hip Hop. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <<https://www.academia.edu/49351811>>. Acesso em: 30 mar. 2021.
- SANTOS, G. S. Movimento Hip Hop: Masculino e Masculinizado? **Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 6, n. 16, p. 128-145, 2019. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1835>>. Acesso em: 30 fev. 2021.